



RS REAL GRANDEZA

Fundação de Previdência e Assistência Social



Política de Investimentos para 2004

1 - Entidade Fechada de Previdência Complementar: Real Grandeza - Fundação de Previdência e Assistência Social (código SPC: 864)
2 - Exercício: 2004
3 - Ata do Conselho Deliberativo/Ata de Assembléia: RC nº 001/035, de 18 de dezembro de 2003
4 - Plano de Benefício: Planos BD (Benefício Definido) e CD (Contribuição Definida)
5 - Meta Atuarial: INPC + 6% a.a. (Plano BD)
6 - Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado: Jorge Luiz Monteiro de Freitas
7 - Mecanismo de Informação da Política aos Participantes: impresso

8. Margem de Alocação

QUADRO RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS - PARTE I

Segmentos	Alocação atual (posição em out/2003)	Limites máximos segundo a Resolução 3121	8. Margem de Alocação (inciso I, § 1º, Art. 7º do Regulamento Anexo)	
			Limite Inferior (%)	Limite Superior (%)
8.1 Renda Fixa	77,2	100	65	100
8.1.1 Carteira de RF com baixo risco crédito	74,3	100	65	100
8.1.2 Carteira de RF com médio/alto risco crédito	2,3	20	0	10
8.1.3 Derivativos de Renda Fixa	0,5	80	0	80
8.2 Renda Variável	11,6	50	0	35
8.2.1 Carteira de Ações em Mercado	9,1	35	0	15
8.2.2 Carteira de Participações	1,8	20	0	5
8.2.3 Carteira de RV - Outros Ativos	0,7	3	0	3
8.2.4 Derivativos de Renda Variável	0,0	35	0	35
8.3 Imóveis	5,6	14	0	10
8.3.1 Carteira de Desenvolvimento	0,0	-	0	10
8.3.2 Carteira de Aluguéis e Renda	5,6	-	0	10
8.3.3 Carteira de Fundos Imobiliários	0,0	-	0	10
8.3.4 Carteira de Outros Investimentos Imobiliários	0,0	-	0	10
8.4 Empréstimos e Financiamentos	5,6	15	0	10
8.4.1 Carteira de Empréstimos a Participantes	-	-	0	10
8.4.2 Carteira de Financiamentos Imobiliários	-	-	0	10

9. Diversificação

QUADRO RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS - PARTE II

Segmentos	9. Diversificação (inciso III, § 1º, Art. 7º do Regulamento Anexo)
9.1 Renda Fixa	<ul style="list-style-type: none"> - Títulos de baixo risco de crédito não garantidos pelo Tesouro/Banco Central: máximo de 80% dos RGRT's - Aplicações em títulos estaduais e municipais e em títulos de uma mesma instituição não-financeira, considerando controladoras, controladas e coligadas: máximo de 20% - Depósitos de poupança ou aplicações em títulos de instituições financeiras: máximo de 25% (baixo risco de crédito) ou 15% (demais casos) do patrimônio líquido da emissora - Quotas de fundos de investimento em direitos creditórios: máximo de 25% do patrimônio líquido do fundo
9.2 Renda Variável	<ul style="list-style-type: none"> - Aplicações em ações de uma mesma companhia: 20% do capital votante ou total da empresa e 5% dos investimentos totais da FRG (10% no caso de ações representativas de, pelo menos, 2% do Ibovespa, IBX e FGV-100) - Investimentos da Carteira de Participações: 25% do patrimônio líquido do fundo, em se tratando de investimentos próprios, ou 40% do patrimônio líquido do fundo, em se tratando de investimentos em conjunto com as patrocinadoras.

Obs.: RGRT's = recursos garantidores das reservas técnicas (total de investimentos).

10. Cenário Macroeconômico e Análise Setorial para Investimentos

10.1. Cenário Macroeconômico

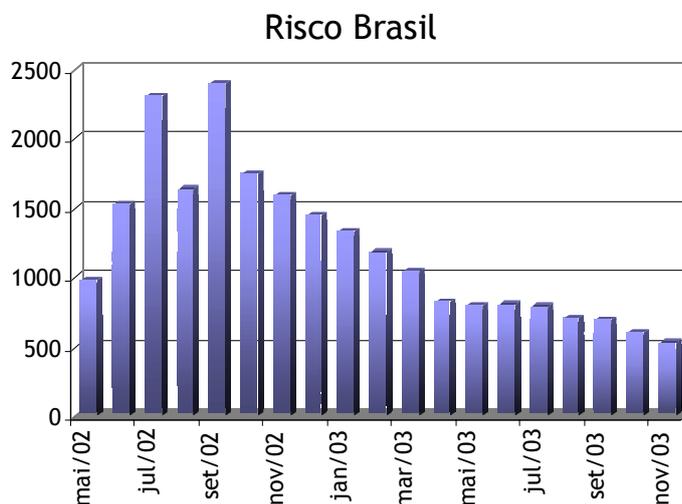
O cenário de tendências macroeconômicas para o exercício de 2004, aqui apresentado de forma sucinta e que foi elaborado pela Gerência de Análise de Investimentos, justifica-se pela existência de uma correlação entre a evolução dos diversos ativos financeiros e o comportamento das variáveis econômicas ao longo do tempo. Este breve cenário foi elaborado em novembro/2003 e, portanto, incorpora as expectativas quanto às tendências econômicas com base nas informações conhecidas até o mês em questão. Este estudo recebeu aprovação da Diretoria Executiva, do Comitê de Investimentos da Real Grandeza (CIRG), do Conselho Deliberativo e do conhecimento do Conselho Fiscal, mas estará sendo monitorado, estando sujeito a alterações, tendo em vista que é um fator característico das economias mundiais a ocorrência de choques adversos, que são fatores de imprevisibilidade nos modelos macroeconômicos.

10.1.1. Cenário Político

Com a reativação do crescimento econômico em 2004, as taxas de aprovação do governo Lula deverão continuar elevadas, com possível tendência de melhora. Isto deverá fortalecer o poder de negociação do governo no Congresso para a aprovação das demais matérias de interesse para as políticas governamentais. Ao fim do ano, com as eleições municipais e o desvio do foco político, a tramitação das matérias poderá ficar prejudicada.

10.1.2. Risco Brasil

Os aspectos político-econômicos gerais da economia brasileira continuam favoráveis a uma melhora do risco país em 2004. O alto percentual da relação dívida/PIB é um dos fatores que têm impedido uma melhora mais substancial da percepção de risco país, bem como a proporção da dívida externa em relação às exportações, que ainda é muito elevada comparativamente a outros emergentes. Como é esperada uma evolução positiva para essas variáveis, justifica-se a expectativa de melhora do risco país e até mesmo de um upgrade do rating nacional. No entanto, o risco Brasil ainda está muito condicionado ao cenário externo, o que representa, no momento, a principal dúvida quanto à continuidade de recuperação do risco país em 2004. Deve-se ressaltar que já houve uma melhora significativa do risco país em 2003, conforme pode ser visualizado no gráfico a seguir, e que o espaço para novos avanços tende a se estreitar, principalmente se os Estados Unidos vierem a implementar um aumento em suas taxas de juros, o que poderia iniciar uma migração dos recursos em economias emergentes para os de risco mais baixo.



Fonte: Broadcast

10.1.3. Inflação

Na ausência de focos potenciais de pressão inflacionária, a tendência é de consolidação do cenário de estabilidade da inflação em 2004, com um grande ganho de credibilidade para o sistema de metas do Banco Central. No entanto, a inflação no próximo ano não deverá cair muito abaixo da realizada em 2003, dado o cenário de crescimento econômico e taxas de juros mais baixas.

10.1.4. Balanço de Pagamentos

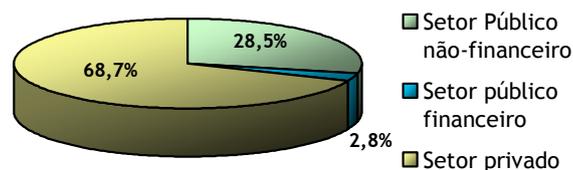
As transações correntes deverão continuar prestando sua contribuição para reduzir as necessidades de financiamento externo do Brasil em 2004, por conta da manutenção dos superávits comerciais. No entanto, seu desempenho deverá ficar aquém do que foi observado em 2003, devido ao incremento esperado nas importações, dada a expectativa de crescimento da economia. Além disso, ainda há dúvidas quanto à recuperação da economia mundial em 2004, o que, associado à possibilidade de alguns setores reduzirem as exportações para atender ao mercado doméstico, poderia determinar um comportamento menos favorável para a balança comercial.

Por outro lado, é esperado um fluxo de capitais mais significativo que o observado em 2003. Com a reativação econômica e as reformas apro-



vadas, os investimentos diretos tendem a apresentar melhora, embora estejam condicionados também ao ambiente de risco externo. Quanto às captações soberanas, o país tem condições de captar um volume superior aos US\$ 5,0 bilhões previstos pelo governo, criando reserva para os vencimentos de títulos que ocorrerão em 2005, se o mercado externo continuar favorável. Ressaltamos, porém, que, ao longo de 2004, está prevista a ocorrência de vencimentos no valor aproximado de US\$ 40 bilhões, conforme quadro a seguir, considerando a dívida dos setores público e privado, o que representa um fator de risco adicional.

Vencimentos da Dívida Externa em 2004



Fonte: Banco Central

Perfil de Vencimentos da Dívida Externa em 2004

	US\$ milhões
Setor Público não-financeiro	11.415
Governo Central	6.817
Outros do setor público não-financeiro	4.597
Setor público financeiro	1.103
Setor privado	27.513
Total	40.031

Fonte: Banco Central

10.1.5. Política Fiscal

Em 2004, poderão ocorrer maiores pressões por gastos como consequência das eleições municipais ao fim do ano. No entanto, dado o compromisso do

atual governo em manter uma meta de superávit fiscal para este ano e dada a perspectiva de crescimento da economia, o que se traduz em uma maior

arrecadação, a tendência é de que sejam mantidos superávits fiscais compatíveis com os objetivos das políticas econômicas do atual governo.

10.1.6. Dívida Pública

Assumindo a hipótese de que a taxa de câmbio apresentará uma tendência de moderada depreciação ao longo de 2004 e na ausência de inesperados reconhecimentos de “esqueletos”, a trajetória esperada para a relação dívida/PIB é de estabilidade ou queda. Isto porque todas as demais condicionantes dessa relação se mostram favoráveis a uma evolução decrescente dessa variável: manutenção de superávits primários elevados, redução da taxa de juros, inflação sob controle e atividade econômica aquecida.

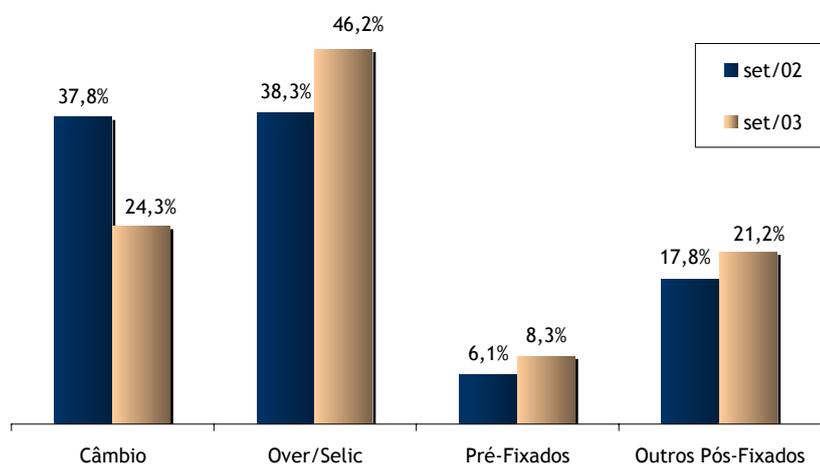
Analisando a composição da dívida pública por indexador, como apre-

sentado no gráfico abaixo, fica evidenciado que, dada a expressiva participação dos títulos indexados à taxa Selic, a redução das taxas de juros poderá exercer um impacto positivo sobre o montante da dívida, considerando a manutenção de superávits primários e na ausência de desvalorizações cambiais muito expressivas. Com isto, considerando que a tendência de crescimento do PIB em 2004 é bastante provável, até porque 2003 se constitui em uma base fraca de comparação, o cenário esperado é de estabilidade ou queda da relação dívida/PIB.

10.1.7. Política Monetária

Como as variáveis-chave para a condução da política monetária deverão continuar evoluindo favoravelmente à novas reduções na taxa SELIC, é consenso esta tendência para 2004. Porém, é esperada uma postura mais cautelosa do Banco Central, adotando um gradualismo no ritmo de flexibilização monetária. São dois os fatores que tornam provável essa tendência. O primeiro é a dificuldade para estimar a taxa de juros real de equilíbrio após a forte flexibilização monetária implementada em 2003. O segundo ponto é a ocorrência de eleições municipais ao fim de 2004, o que aumenta as pressões contra uma elevação da taxa de juros, e, portanto, estimula um movimento de redução da taxa SELIC mais cauteloso, para evitar a necessidade de correções futuras.

Composição da Dívida por Indexador



Fonte: Banco Central

10.1.8. Nível de Atividade Econômica

O cenário esperado para 2004 reúne melhores condições para uma recuperação da atividade econômica, embora ainda não seja possível afirmar que o país esteja iniciando um processo de crescimento sustentado. Os fatores que em 2004 serão determinantes

para um aquecimento econômico são: a redução das taxas de juros, que deverá estimular o crescimento dos setores mais dependentes do crédito, como o de bens de consumo duráveis; a existência de capacidade ociosa na indústria e de demanda reprimida; a manutenção do fluxo de exportações, favorecendo os setores ligados ao mercado externo; e o aumento esperado nos gastos do setor público devido à ocorrência de eleições municipais. Com isto, é bastante provável que o crescimento em 2004 possa ser liderado por setores específicos, enquanto que um crescimento sustentado irá depender da recuperação do nível de emprego, de novos investimentos e da massa salarial real.

10.1.9. Política Cambial

Uma tendência de desvalorização do Real deverá ocorrer em 2004, motivada pela manutenção de uma política de redução de juros ao longo do ano, pela ocorrência de menores superávits comerciais como conseqüência do crescimento econômico esperado, e também de um possível aumento das taxas de juros das principais economias mundiais.

10.1.10. Economia Internacional

O cenário para a economia mundial, e mais especificamente a economia americana, é onde residem as principais incertezas para 2004. Apesar dos sinais de recuperação apresentados no terceiro trimestre de 2003, ainda há dúvidas quanto a uma recuperação sustentada. Quanto a essas incertezas, há fatores conjunturais, como o fato de que o consumo (principal propulsor da economia dos EUA) não foi significativamente afetado durante a recessão e, portanto, não há uma demanda reprimida para estimular um aumento da atividade. O elevado déficit externo dos EUA, associado às necessidades de financiamento do setor público, também é outro fator de risco. Considerando que o déficit dos EUA vem sendo financiado pela poupança externa e que as necessidades de financiamento do setor público apresentam uma tendência crescente, aumentando a percepção de risco por parte dos investidores, o dólar vem se desvalorizando em relação às principais moedas mundiais, movimento que pode forçar um aumento das taxas de juros americanas, comprometendo o crescimento. Portanto, este cenário precisará ser acompanhado com bastante cautela.

11. Objetivos da Gestão

11.1. Meta dos Investimentos Totais

O objetivo maior da gestão dos investimentos da Fundação Real Grandeza será a superação da Meta Atuarial. Para efeito de Política de Investimentos, será adotada como Meta a variação do IGP-DI + 6% a.a.

11.2. Metas do Segmento de Renda Fixa

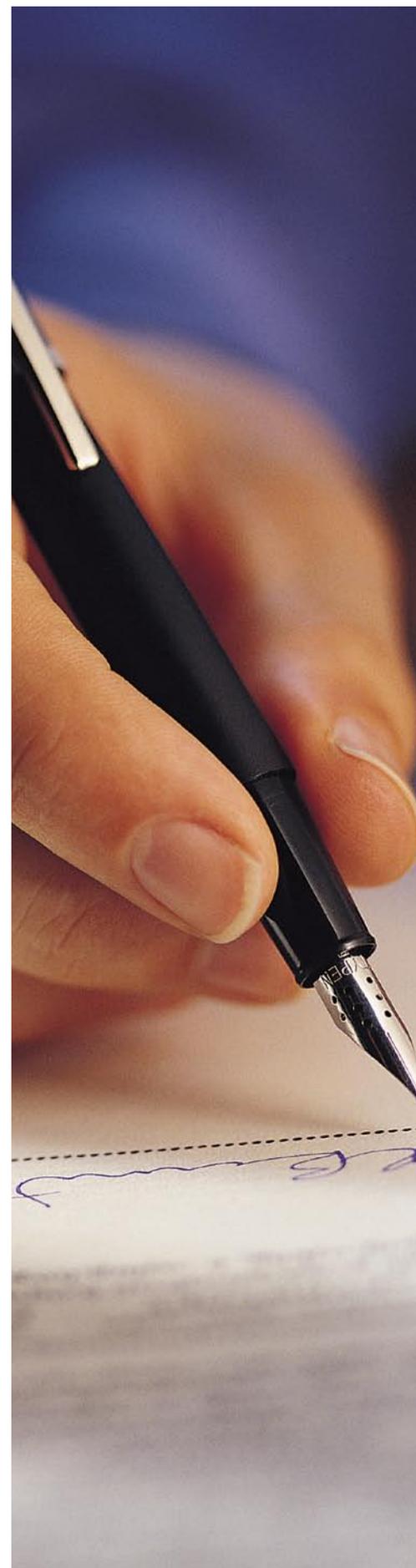
Os benchmarks da Carteira de Renda Fixa serão o CDI, índice mais representativo do segmento, e a variação do IGP-DI + 6% a.a.

11.3. Metas do Segmento de Renda Variável

Tendo em vista as particularidades de cada carteira que compõe o segmento de Renda Variável, serão utilizados os seguintes benchmarks:

- Ações em Mercado: Ibovespa e Meta Atuarial
- Participações: Meta Atuarial
- Outros Ativos: Meta Atuarial

Ressalte-se a difícil previsibilidade do comportamento da Carteira de Participações, em face da reduzida liquidez da maior parte das ações que dela fazem parte.



12. Testes Comparativos e de Avaliação para acompanhamento dos resultados e da diversificação da gestão externa dos ativos

12.1. Renda Fixa

Após a aplicação, será realizado acompanhamento constante do desempenho do fundo, de forma a atestar se o mesmo continua cumprindo os critérios estabelecidos pela FRG para aprovação da aplicação. Esses critérios incluem consistência na superação do benchmark (CDI) e análise da relação retorno x risco (Índice de Sharpe) e da volatilidade.

12.2. Renda Variável

Não serão alocados recursos para gestores externos neste segmento.

13. Critérios de Contratação - Administração de carteiras de Renda Fixa e de Renda Variável

13.1. Renda Fixa

A gestão dos investimentos em Renda Fixa será preferencialmente interna, podendo-se recorrer a fundos exclusivos por razões tributárias (para reduzir, por exemplo, pagamento de CPMF). Já a aplicação em fundos abertos será realizada somente após a análise da performance dos mesmos, englobando aspectos como consistência na superação do benchmark (CDI), relação retorno x risco (Índice de Sharpe) e volatilidade.

13.2. Renda Variável

A gestão dos investimentos em Renda Variável será interna. Não serão alocados recursos para gestores externos neste segmento.

14. Estratégia de formação de preço - Investimentos e desinvestimentos

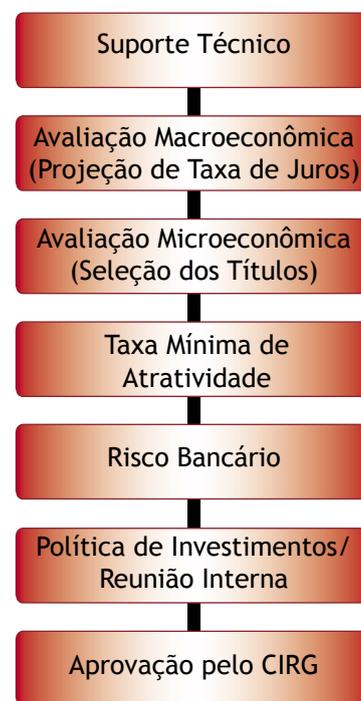
14.1. Renda Fixa

- Como partida para seleção dos investimentos que poderão vir a compor a Carteira de Renda Fixa, é realizado processo de atualização periódica de informações. Isto compreende o acompanhamento de toda a legislação referente às EFPP e ao mercado financeiro, a leitura de jornais e periódicos especializados, a participação em seminários, palestras e cursos direcionados aos profissionais da área, reuniões e contatos com consultorias e demais profissionais de mercado, além da utilização de softwares desenvolvidos para atender às necessidades do setor. Esses recursos têm por objetivo fornecer todo o suporte técnico necessário para o acompanhamento dos mercados.
- A segunda etapa do processo inclui a elaboração de um estudo macroeconômico de todas as variáveis relevantes para a tomada de decisão (aspectos políticos internos, política monetária doméstica e internacional, política fiscal e cambial, risco Brasil, dentre outros). Este trabalho é desenvolvido mensalmente e é elaborado relatório com a avaliação da situação político-econômica, interna e externa, bem como de suas tendências, que é apresentado ao CIRG. A finalidade deste trabalho é fornecer subsídios para a definição de uma estratégia de longo prazo, através da avaliação dos possíveis impactos do cenário político-econômico sobre os mercados de ativos.
- Uma vez definidas as prováveis tendências econômicas e identificados os ativos com perfil mais apropriado para atender aos objetivos da gestão interna, que tem por base garantir o equilíbrio dos fluxos de passivos e ativos, são realizados dois estudos que visam definir taxas mínimas de atratividade para as aplicações e a seleção de instituições financeiras com baixo risco de crédito.



- O trabalho intitulado “Taxa Mínima de Atratividade” tem por objetivo a realização de arbitragem das principais taxas e índices de mercado utilizados como indexadores dos títulos de renda fixa (SELIC, TR, ANBID, TJLP, Dólar) com o IGP-DI + 6% a.a. (meta atuarial) e com o CDI (benchmark em Renda Fixa). Com base na maior taxa obtida dentre essas arbitragens para cada indexador, é definida a taxa mínima de atratividade, que será utilizada como referência para todas as aquisições de títulos de Renda Fixa. Este relatório é elaborado mensalmente, sendo enviado ao CIRG na mesma periodicidade.
- O trabalho de “Risco Bancário” é atualizado a cada trimestre de acordo com os dados dos balanços trimestrais das instituições financeiras. A sua finalidade é efetuar a classificação dos bancos de acordo com o risco de crédito, em conformidade com os critérios internos da FRG, que se baseiam em modelo de análise tradicional e com todas as demais regras definidas na Resolução 3121, bem como calcular limites para aplicação de recursos nos mesmos. Com base neste trabalho, são priorizadas as aplicações em bancos com baixo risco de crédito, dado o perfil conservador desta fundação, embora seja considerada a possibilidade de aplicar em instituições com perfil de risco mais elevado, quando, em função do cenário econômico ou de outras variáveis, for necessário, a fim de obter maior rentabilidade. Todas as aplicações a serem realizadas, seja em instituições de baixo risco de crédito ou não, devem atender aos limites estabelecidos nesse trabalho, sendo que os mesmos estão em conformidade com as normas da Resolução 3121. Este trabalho utiliza, como suporte, informações prestadas pelo RiskBank, da Lopes Filho, e demais agências classificadoras de risco em atuação no país como também no exterior.
- A avaliação dos títulos privados de emissão de empresas não-financeiras, como debêntures, além dos demais critérios descritos acima, compreende também a análise de risco de crédito do emissor, bem como a apreciação dos ratings atribuídos por agências de classificação.
- E, por fim, após a adoção dessas etapas, são realizadas as recomendações de aplicações e/ou resgates dos investimentos em Renda Fixa, em conformidade com as normas e os limites da Resolução 3121, sendo as mesmas submetidas ao CIRG para aprovação.
- As propostas de aplicação cujo valor seja igual ou superior a 5% dos Investimentos Totais da FRG são obrigatoriamente submetidas ao Conselho Deliberativo para aprovação.

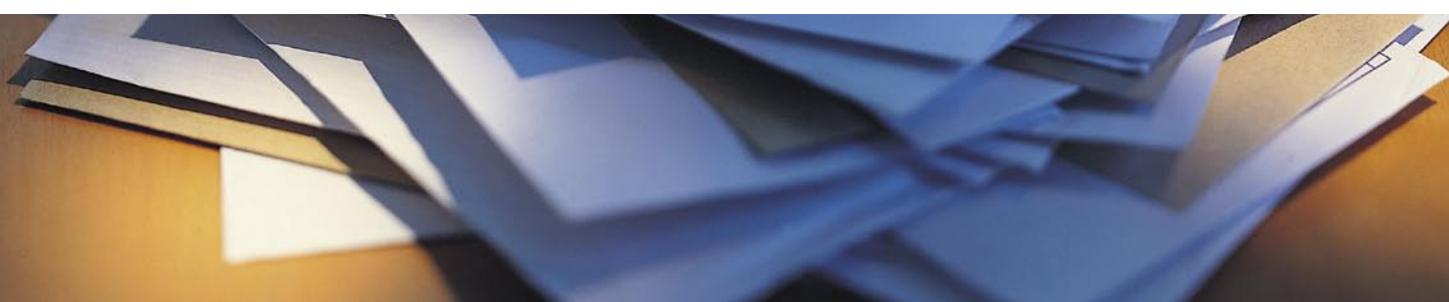
Processo de Seleção de Investimentos Renda Fixa



14.2. Renda Variável

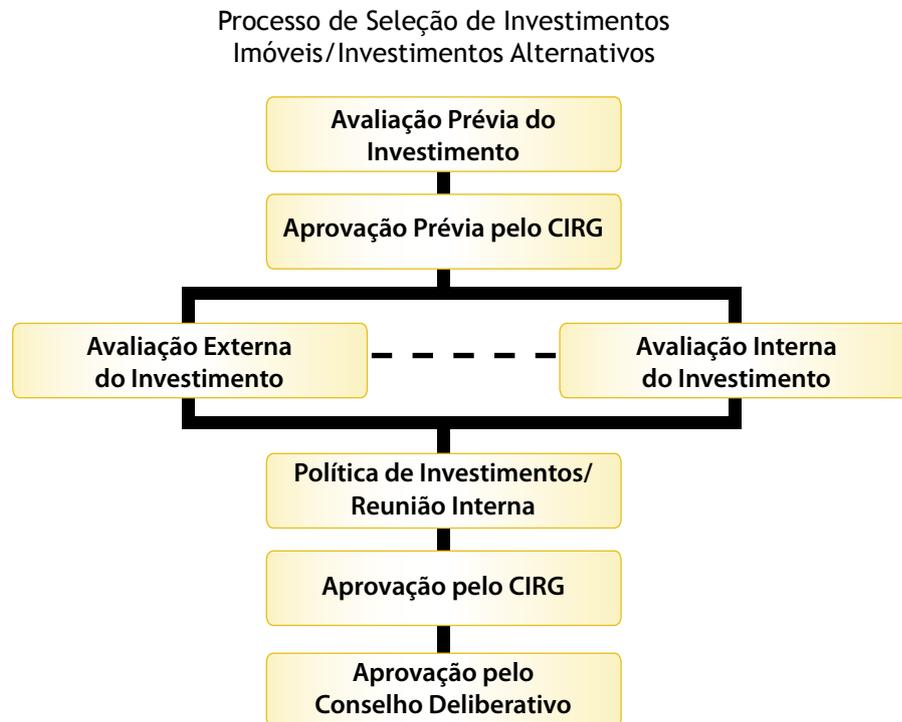
- A leitura de jornais e periódicos, a participação em seminários e palestras, o contato com consultorias e profissionais de mercado e a utilização de softwares são adotados como suporte técnico para o acompanhamento do mercado.
- É realizada avaliação macroeconômica, de forma a se definir os setores da economia com melhores perspectivas.
- Utilizando como universo os setores escolhidos, é feita avaliação microeconômica, de forma a selecionar as empresas cujas ações estão mais atrativas.
- Por fim, é elaborada e recomendada uma carteira de ações (“Carteira Ideal”), que é submetida ao CIRG para aprovação.

Processo de Seleção de Investimentos Renda Variável



14.3. Imóveis/Investimentos Alternativos

- Quando é recebida uma proposta de investimento em Imóveis ou Empreendimentos Alternativos, é feita uma pré-avaliação do mesmo. Caso atenda ao estabelecido na Política de Investimentos e seja considerado atrativo, o investimento é apresentado ao CIRG.
- Em caso de aprovação prévia do CIRG, é feita uma avaliação interna mais detalhada do investimento. Ao mesmo tempo, é contratada, através de tomada de preços, uma consultoria (ou mais, quando necessário) para fazer avaliação externa, acompanhada pela FRG.



- Caso as avaliações recomendem o investimento, o mesmo é submetido ao CIRG para aprovação.
- Caso seja aprovado pelo CIRG, o investimento é submetido ao Conselho Deliberativo para ser aprovado.

15. Definição de padrão de cálculo da divergência não planejada e de controle interno

Atendendo ao que dispunha à Resolução 2829, de 30 de março de 2001, os fundos de pensão passaram a monitorar o risco de mercado de seus investimentos em Renda Fixa e em Renda Variável através do VaR (Valor em Risco). A Fundação Real Grandeza, quando da contratação de sua custódia centralizada, teve direito à contratação de uma consultoria de risco. A escolhida foi a RiskControl, que foi responsável pelos cálculos dos VaR's de Renda Fixa e de Renda Variável, divulgados nos acompanhamentos da Política de Investimentos de 2003.

Em 25 de setembro de 2003, foi publicada a Resolução 3121, estabelecendo as novas diretrizes para os investimentos dos fundos de pensão. Entre as mudanças implementadas está a substituição do controle de risco através do VaR pelo “sistema de controle da divergência não planejada entre o valor de uma carteira e o valor projetado para essa mesma carteira”, que estará em operação em 2004.

16. Observações

16.1. Ativos Elegíveis

A - Renda Fixa

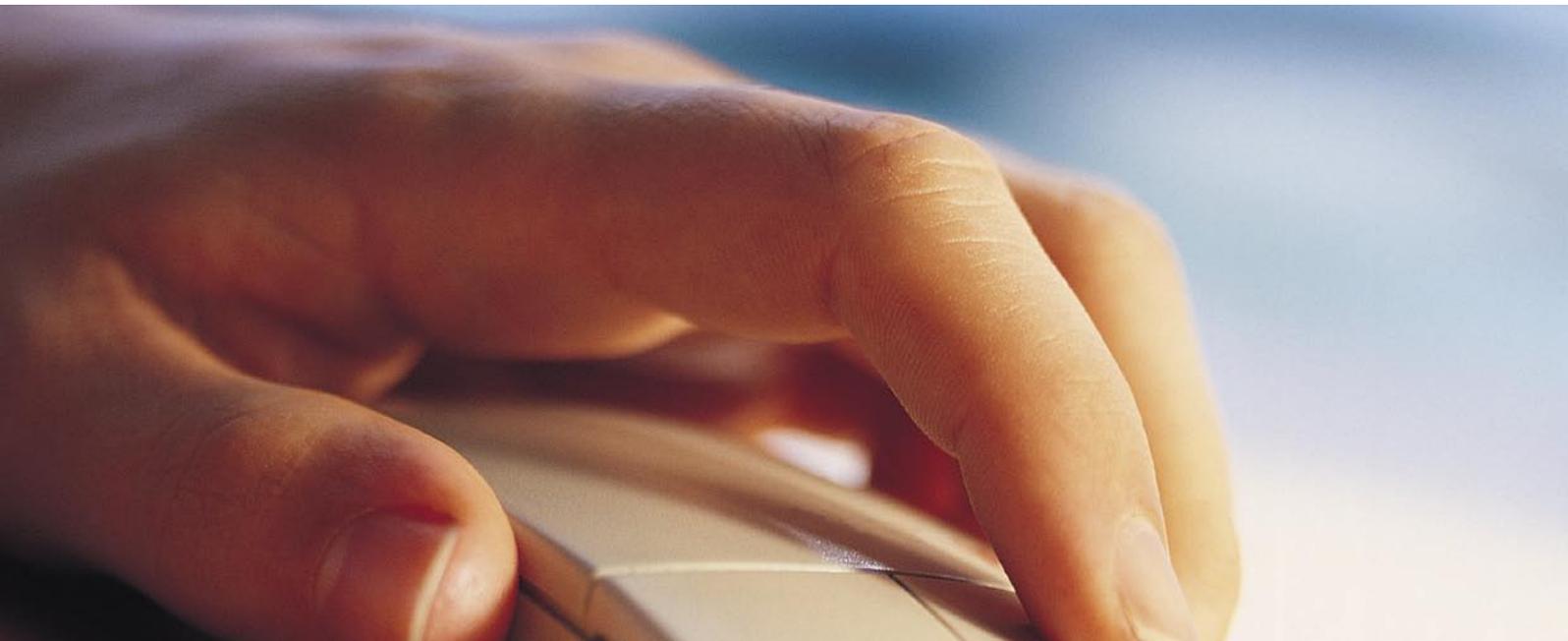
- Títulos de emissão do Tesouro Nacional e do Banco Central do Brasil;
- Créditos securitizados pelo Tesouro Nacional e títulos de emissão de estados e municípios que tenham sido objeto de refinanciamento pelo Tesouro Nacional (títulos federalizados);
- Aplicações financeiras junto às instituições financeiras, incluindo CDB's, RDB's e poupança;
- Títulos e Valores Mobiliários de Renda Fixa de emissão de sociedade por ações, tais como debêntures e commercial papers;
- Aquisição de quotas de fundos de investimentos financeiros, inclusive fundos de direitos creditórios;
- Quotas de fundos de investimento no exterior;
- Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI's);
- Operações com derivativos (DI, dólar futuro, opções flexíveis, etc.) poderão ser realizadas, desde que para proteção da Carteira de Renda Fixa e/ou realização de swaps. Não serão permitidas operações com alavancagem da Carteira de Renda Fixa ou que envolvam vendas a descoberto de qualquer instrumento.

B - Renda Variável

- Ações, bônus de subscrição de ações, recibos de subscrição de ações e certificados de depósito de ações de companhia aberta;
- Debêntures com participação nos lucros das empresas emitentes;
- Operações com derivativos (índice futuro, opções flexíveis, etc.) poderão ser realizadas, desde que para proteção da carteira de renda variável ou para proteção da própria estratégia definida.

C - Imóveis

- Investimentos em imóveis;
- Quotas de fundos de investimentos imobiliários.



16.2. Risco de Crédito dos Títulos de Renda Fixa

A Resolução 3121 classifica como baixo risco de crédito os títulos emitidos ou garantidos pelo Tesouro Nacional ou Banco Central do Brasil, assim como fundos de investimentos no exterior (tratados na Resolução 2111, de 22/09/1994).

Outros títulos de Renda Fixa deverão ser classificados como baixo ou médio/alto risco de crédito, de acordo com a política definida pela FRG. Esta será baseada em análises (ratings) efetuadas por agências classificadoras de risco em funcionamento no país. Para efeito desta política de investimentos, o título será definido como de baixo risco de crédito se possuir as seguintes classificações mínimas das agências abaixo listadas (escalas nacionais Brasil):

Agência	Classificação mínima (Escalas nacionais- Brasil)
Standard & Poor`s	brBBB- ou brA-2
Moody`s	Baa3 ou Prime-3
Fitch Atlantic Rating	BBB ou F3
Austin Asis	BBB
SR Rating	brBBB- ou sr B

Obs: As classificações das agências acima (com exceção da Austin Asis) referem-se aos ratings de longo e de curto prazo, respectivamente.

16.3. Participação em Assembléia de Acionistas

Atendendo ao disposto na Instrução Normativa nº 44 da Secretaria de Previdência Complementar, de 23 de dezembro de 2002, são informados, a seguir, os critérios para definição das companhias de cujas assembleias de acionistas a FRG participará através de representante nomeado:

- empresas nas quais a FRG participe do controle acionário através de Acordo de Acionistas;
- outras empresas nas quais a FRG detenha participação maior que 10% (dez por cento) no capital votante ou no capital total;
- empresas nas quais a FRG tenha investido mais de 3% dos recursos garantidores das reservas técnicas.

16.4. Seleção de Corretoras

As instituições (corretoras, distribuidoras e bancos) que executam as ordens de compra e venda de títulos da Fundação Real Grandeza, tanto os de Renda Fixa como os de Renda Variável, são selecionadas com base nos seguintes critérios:

- Balanços Patrimoniais e Histórico Societário, buscando avaliar sua atuação no mercado e especialização no mesmo.
- Departamento de Pesquisa e serviços oferecidos.
- Estrutura da Instituição, considerando-se sua eficiência operacional.



A seleção de outras instituições que não atendam à parte destes requisitos só ocorrerá no caso de realização de operações diferentes/específicas, tais como operações estruturadas (zero cost collars, travas, etc.), ofertas públicas, subscrições de ações, ofertas de recompra, etc.

As devoluções mínimas de corretagem exigidas são:

- Mercado à vista: 70%
- Financiamento de opções: 85%
- Derivativos: 96%

16.5. Qualificação Técnica

A - Gerência de Análise de Investimentos

A FRG possui equipe técnica responsável pela avaliação e recomendação de seus investimentos. Ela é formada por um gerente (sênior, com Certificado Nacional de Profissional de Investimentos - CNPI), dois analistas de Renda Fixa (um sênior e outro júnior), dois de Renda Variável (um sênior com CNPI e um júnior), um analista de Renda Variável e de Análise de Risco e Performance (sênior) e dois analistas de Investimentos Imobiliários e Alternativos (seniores com CNPI). Todos possuem curso superior completo (formação em Economia, Engenharia ou Administração) e pelo menos um curso de pós-graduação (completo ou cursando). Além disso, são portadores (ou estão em processo de obtenção) do Certificado Nacional de Profissional de Investimentos (CNPI), em cumprimento ao artigo 3 da Instrução 388 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), de 30 de abril de 2003. Completam a equipe uma assistente administrativa, formada em Letras, e um estagiário.

B - Gerência de Operações de Investimentos

A estrutura operacional é formada por um gerente, dois operadores de Renda Fixa, dois operadores de Renda Variável, dois controllers e uma assistente administrativa. Exceto esta última, todos têm curso superior (Economia, Engenharia ou Administração), a maioria tem pós-graduação e todos são portadores (ou estão em processo de obtenção) do CNPI.

17. Responsável, Local e Data

Rio de Janeiro, 18 de dezembro de 2003.



Jorge Luiz Monteiro de Freitas - Diretor de Investimentos





Fundação de Previdência e Assistência Social

Rua Mena Barreto, nº 143
Rio de Janeiro - RJ - CEP: 22.271-100
Telefone: (21) 2528-6701
www.frg.com.br - e-mail: grp@frg.com.br